

VERITAE

TRABALHO PREVIDÊNCIA SOCIAL SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

Orientador Empresarial

ARTIGOS

A VIDA NA BANGUELA

Pesquisa da CNT revela que, em uma extensão de 105.814 km de rodovias federais e estaduais pavimentadas do país, 61,8% têm estado geral regular, ruim ou péssimo. O levantamento apontou, também, dezenas de pontos críticos, que representam graves riscos à segurança dos usuários e queda da eficiência do transporte.

.....

Que o país possa voltar os seus olhos para além das questões econômicas que permeiam o dia a dia desses milhões de trabalhadores que vivem a vida na banguela, em precárias condições de trabalho, caracterizadas por uma extenuante jornada e excessiva cobrança por resultados.

*Por Fernando Maciel **

Nos últimos dias, os motoristas de caminhão ganharam a atenção da sociedade. Apoiando ou criticando, o fato é o que o brasileiro sentiu na pele a importância desses profissionais. Muito se discutiu sobre redução do diesel e tributos, isenção de cobrança de pedágios, mas pouco ou nada se falou acerca das precárias condições de saúde e segurança desses trabalhadores.

Entre todos os setores econômicos, o transporte rodoviário de cargas figura em primeiro lugar em número de mortes e no segundo em incapacidades permanentes, segundo dados do Anuário Estatístico da Previdência Social. No período de 2011 a 2015, esse setor foi responsável por 81.997 acidentes de trabalho, uma média anual de mais de 17 mil acidentes, sendo 1.503 deles fatais.

Estamos falando aqui de trabalhadores formais, cuja morte ou seqüela foi comunicada à Previdência Social. Mas, para que esse já trágico cenário pudesse refletir a realidade, seria necessário considerarmos, também, o elevado número de subnotificações, bem como a existência de motoristas autônomos a margem da Previdência, e que representam cerca de 45%

do total de trabalhadores do setor. Segundo a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o número de caminhoneiros que possuem cadastro no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC) supera um milhão.

Em 2015, a Lei nº 13.103, conhecida como Lei dos Caminhoneiros, estabeleceu algumas regras de saúde e segurança para a categoria. A lei prevê, por exemplo, a jornada de trabalho diária de oito horas, podendo ser prorrogada por até duas horas ou, caso previsto em convenção ou acordo coletivo, por até quatro horas.

Dentro do período de 24 horas, são asseguradas 11 horas de descanso, podendo ser fracionadas e englobar os períodos de parada obrigatória, desde que seja garantido o mínimo de oito horas ininterruptas.

Legislação existe, o grande problema reside no seu efetivo cumprimento e na fiscalização pelos órgãos responsáveis. Pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) do ano de 2016, envolvendo trabalhadores autônomos e empregados formais, revelou que 88,4% têm conhecimento sobre Lei do Caminhoneiro, mas 34,7% não estão satisfeitos e não cumprem o tempo legal para descanso, muitas vezes por imposição de resultados por parte dos tomadores de serviço. Além disso, 60,6% consideram a profissão perigosa ou insegura, 34,9%, desgastante e 24% reportam o uso de medicamentos controlados.

Preocupa, também, a "tendência" do legislador pela flexibilização dos direitos sociais, em total desconformidade com as previsões constitucionais e normas internacionais que o Brasil é signatário no âmbito da Organização Internacional do Trabalho - OIT. Um exemplo é a Lei 13.467/2017, que dispõe sobre a "reforma trabalhista", na qual prevalece o entendimento de que as regras sobre duração do trabalho e intervalos de descanso não são consideradas como normas de saúde e segurança, sendo passíveis de alteração mediante negociação coletiva, mesmo que em prejuízo dos trabalhadores. Por essa e outras razões, o Brasil foi incluído na "lista suja" da OIT dentre os países violadores dos direitos sociais dos trabalhadores. Outros fatores devem ser levados em conta quando falamos de condições de trabalho, entre eles a precária condição das rodovias no país. Pesquisa da CNT revela que, em uma extensão de 105.814 km de rodovias federais e estaduais pavimentadas do país, 61,8% têm estado geral regular, ruim ou péssimo. O levantamento apontou, também, dezenas de pontos críticos, que representam graves riscos à segurança dos usuários e queda da eficiência do transporte.

Que o país possa voltar os seus olhos para além das questões econômicas que permeiam o dia a dia desses milhões de trabalhadores, que vivem a vida na banguela, em precárias condições de trabalho, caracterizadas por uma extenuante jornada e excessiva cobrança por resultados.

Combustível tem preço, mas a vida, não.

*** Procurador Federal em Brasília, Mestre em Prevenção de Riscos Laborais,
Coordenador da Equipe de Ações Regressivas Acidentárias da Procuradoria- Geral
Federal.**

Texto divulgado por VERITAE, em Edição DESTAQUES 2018 e publicado no site www.veritae.com.br, Seção ARTIGOS.

Artigo também publicado no Correio Braziliense, em 06 de junho de 2018

As opiniões expressas nesta Seção são de responsabilidade de seus Autores, sendo, a divulgação por VERITAE Orientador Empresarial, devidamente autorizada pelos mesmos.

VERITAE

Edições Trabalhistas, Previdenciárias e de Segurança e Saúde no Trabalho

ISSN 1981-7584

veritae@veritae.com.br

www.veritae.com.br

Visite-nos no [Facebook!](#)